

ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 09h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Solicito também aos srs. deputados que se encontram nos gabinetes, que compareçam ao plenário para começarmos a discussão das matérias pautadas na Ordem do Dia de hoje.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Presidente, gostaria que v.exa. informasse a esta Casa, pois tenho curiosidade em saber, uma vez que não temos Ordem do Dia impressa e ontem no final da tarde tivemos reunião dos líderes para deliberar matérias que seriam votadas hoje, se está incluído

na Ordem do Dia o projeto que trata do Ministério Público?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sr. deputado Gelson Merisio, realizamos uma reunião com líderes, aberta a todos os deputados no início da noite de ontem, sobre o encaminhamento do projeto de interesse do Ministério Público. As bancadas do PMDB, do PP, do PSDB, do PSD, do PCdoB, e do PPS, se manifestaram favoráveis à deliberação da matéria em Plenário no dia de hoje. As bancadas do PSOL e do DEM se abstiveram, mas estão de acordo com a deliberação. A bancada do Partido dos Trabalhadores marcou uma reunião para deliberar se a deputada Luciane Carminatti devolveria o pedido de vistas, que é regimental. A informação que recebemos é de que a decisão do PT é por não permitir a deliberação da matéria em plenário. As demais bancadas todas querem deliberar a matéria, é preciso deixar isso claro. A informação que recebi - apesar de a líder do PT não está presente neste momento - é de que a deputada Luciane Carminatti está com o projeto em gabinete, que é regimental. O que ocorre é que para a matéria ser deliberada é necessário que a deputada Luciane Carminatti faça a devolução à comissão e aí, sim, poderíamos deliberar em Plenário.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, quero deixar registrado nesta Casa, na condição de ex-presidente deste Parlamento, sempre preocupado com a relação institucional que devemos ter com os demais poderes, porque tenho convicção de que estamos cometendo um grande equívoco quando nos negamos a deliberar, e esse é o termo, projetos do Tribunal de Justiça sobre matérias que tratam de servidores e também matérias desta Casa. Ontem, ainda, votamos um projeto de resolução da Casa que foi protocolado no dia 10/12.

O projeto do Ministério Público está tramitando nesta Casa desde o dia 17 de setembro, portanto, não é por falta de tempo ou de debate. E não estou questionando o direito que tem a deputada Luciane Carminatti de pedir vista ao projeto, tampouco estou sugerindo que se quebre o acordo de líderes, mas estou fazendo o registro de que quando não votamos passamos a impressão de que é uma posição desta Casa, o que não é verdade. O voto contrário, o voto divergente, o voto discordando da matéria é um voto político que tem que ser respeitado e entendido, mas a não deliberação transmite à sociedade uma má atuação desta Casa.

Quero deixar muito claro que sou absolutamente favorável aos acordos de líderes que foram feitos têm que ser cumpridos, pois é uma tradição desta Casa. Jamais descumpri um acordo de líderes e não é isso que está em questão.

Também entendo a posição individual da deputada Luciane Carminatti em pedir vista, pois é regimental e ela tem todo o direito. Agora, não podemos passar para o Ministério Público, para a sua categoria, que essa é uma posição da Casa que não quer votar. Não é verdade. A imensa maioria da Casa, mais de 30 deputados, quer deliberar a matéria, muitos dos quais que querem deliberar é para ter voto contrário.

Então, sou absolutamente contrário ao encaminhamento, inclusive dos líderes, porque normalmente eles devem liderar as suas bancadas. Se a maioria quer votar, como é que os líderes deliberam por não votar?

Eu acho que o entendimento foi feito de uma forma equivocada e quero deixar registrado esse posicionamento e a desconformidade em não deliberar a matéria, independentemente do resultado. Contra ou a favor, é um posicionamento político, mas não deliberar é um posicionamento da Casa, do qual discordo veementemente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Gelson Merisio.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero dizer que tenho a maior tranquilidade em permanecer com o projeto porque tenho direito ao pedido de vista. Isso não é desrespeitar o Ministério Público, muito pelo contrário, é um respeito a este Parlamento. Eu não quero um Parlamento de joelhos, um Parlamento que quebra o Regimento e que faz um acordo de líderes num dia e no dia seguinte modifica esse acordo com a prerrogativa de que estamos negando o direito de andar com o processo. Não é bem assim. Temos o direito ao pedido de vista. E tenho a tranquilidade de dizer, sr. presidente, que quando da votação da PEC n. 0037 eu fui a primeira deputada que apresentou um requerimento aprovado nesta Casa muito antes das manifestações de julho, que permitiam que nesse requerimento fôssemos contra a PEC n. 0037. Naquela ocasião, vários parlamentares aqui me questionaram por que eu estava dando muito poder ao Ministério Público. Não é isso. Eu quero instituições fortes e que cumpram com o seu papel. Esse é o papel: defender o Parlamento, e é claro que o Ministério Público fazer o seu papel.

Então, votei contra a PEC n. 0037, mas me dou ao direito de regimentalmente, ficar com o que o Regimento permite, que é o pedido de vista.

A comissão de Finanças já fez reunião e o presidente Gilmar Knaesel, respeitando o Regimento desta Casa, mantém o meu pedido de vista.

Eu respeito a posição do deputado Gelson Merisio, mas quero dizer que se todos os parlamentares quisessem que fosse votado esse projeto no dia de ontem, não teríamos um acordo para não tramitação. E foi votado pelos líderes, ontem. Não colocaram em tramitação esse projeto.

Eu mantenho a palavra. Temos que manter a nossa palavra. Então, quero permanecer com o pedido de vista, como já foi votado na comissão de Finanças e Tributação.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputada Luciane Carminatti.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, primeiramente, quero cumprimentar o nosso sempre presidente Gelson Merisio pelo papel relevante que tem nesta Casa com o seu debate. Porém, divirjo do contexto porque a democracia se consolida com os poderes fortes.

Em primeiro lugar, o Ministério Público não pode, em hipótese alguma, considerar a nossa postura como um processo de desrespeito, até mesmo porque defendo a relação entre os poderes da forma mais forte possível, considerando-se que o Ministério Público não é poder. Porém, quero aqui ressaltar que uma coisa que jamais podemos quebrar aqui é o acordo de lideranças feito de forma correta, não de forma incorreta.

Em segundo lugar, quero parabenizar o deputado Gilmar Knaesel, porque à medida que isso se cumpre estaremos fortalecendo este Parlamento.

Quero dizer, ainda, que o fato de não aprovarmos esse projeto aqui hoje em nenhum momento trata-se de algo relacionado às atividades do Ministério Público. Assim como aqui outras matérias foram aprovadas, é importante relatar que há várias matérias de autoria de diversos deputados que também não foram aprovadas.

Então, não sei por que esse cavalo de batalha, e entendo que podemos, tranquilamente, dentro do que foi acordado, cumprir o fortalecimento deste Poder como órgão representativo da sociedade catarinense.

Faço esse debate com muita tranquilidade, porque acho que tenho sido um dos deputados que mais têm questionado o Ministério Público, assim como vou questionar a compra do prédio, que saiu hoje nos jornais, no valor de R\$ 123 milhões sem licitação, embasado na Lei n. 866. Esse é um tema

que vai vir agora em fevereiro. Não vou abordar isso hoje, mas, de acordo com a Lei da Transparência, vou pedir informações sobre essa compra, contrato e tudo. Ou não me cabe esse papel?

O que não dá para aceitar é que, se a cada projeto que vem deles colocarmos apenas uma vírgula, estaremos desrespeitando-os, desacreditando-os.

Então, cumprimento o deputado Gelson Merisio pela sua defesa e faço a defesa clara. Não é questão de curvar-se ou não, mas de respeitarmos internamente e cumprirmos solidariamente o papel que no conjunto sempre tivemos aqui.

Os meus respeitos ao Ministério Público, e mantenho a minha posição firme, principalmente depois dos R\$ 123 milhões, sendo que hoje está sendo paga a primeira parcela de R\$ 30 milhões que era para devolver para o governador e que já não vai ser devolvida.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Joares Ponticelli e srs. deputados, eu fui voto vencido na reunião de líderes, quando me posicionei dizendo que o projeto do Ministério Público deveria ser votado este ano. Ontem, a liderança do PMDB, e v.exa. acabou de mencionar, também se posicionou com o seu voto favorável.

Queremos, primeiramente, dizer, deputada Luciane Carminatti - e v.exa. está com pedido de vista ao projeto -, que devemos ter vontade de um bom relacionamento.

O projeto do Código Ambiental não tramitou nas duas comissões principais da Assembleia. Eu tive solicitações de cooperativas, de produtores, de colegas deputados e, especialmente, de v.exa. para que esse projeto pudesse ser votado antes do recesso parlamentar.

Acho que temos que ter o entendimento. O projeto está aí para ser votado, não vai passar

nas comissões de Agricultura e de Meio Ambiente. E acho, deputado Jailson Lima, que a questão não é ser contra ou a favor, mas de um Poder independente, que pede para analisarmos o seu projeto. Nós temos a liberdade de votar contra ou a favor. Parece-me, embora haja esse acordo de líderes, que deve ser cumprido, mas também se deve ouvir a maioria do plenário, que gostaria que esse projeto pudesse ser votado.

O apelo que eu faço, pelo bom entendimento e pelo relacionamento que devemos ter de independência e harmonia, é no sentido de que possa haver a compreensão dos deputados para esse projeto e que ele possa vir para o plenário no dia de hoje.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dóia Guglielmi.

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Sr. presidente, desde a primeira reunião que foi solicitada pelos líderes desta Casa, nós já nos manifestamos no sentido de que o PSDB é favorável que ele venha pela deliberação em plenário. E realmente aí cada um marcará o seu voto da maneira que entender quanto ao projeto.

Queremos dizer que também concordamos que acordo de liderança deve ser mantido. E nós queremos dizer que a deputada Luciane Carminatti também tem o direito regimental, até para que faça uma avaliação, estude melhor o projeto e apresente a sua emenda, conforme ela está solicitando.

Nós, do PSDB, gostaríamos que ele fosse deliberado e que houvesse a votação nesta Casa na manhã de quinta-feira.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, primeiramente, desejo reforçar aquilo

que foi dito pelo ex-presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, sobre a importância de mantermos para o bem da democracia do estado de Santa Catarina uma sintonia, um bom relacionamento, o respeito e autonomia de cada Poder do nosso estado.

Em segundo lugar, sr. presidente, talvez os telespectadores que estão nos acompanhando não estejam entendendo bem o que estamos discutindo aqui, o teor do projeto. Mas, quero apenas explicar que se trata do projeto de lei do Ministério Público e saber se vamos colocar em pauta ou não. É um projeto que cria 400 cargos de assessoria às promotorias de Santa Catarina.

Muito bem! É impacto de R\$ 7 milhões por ano. O promotor público tem um assistente, um assessor, e esta Casa também tem assessoria. Nós, deputados estaduais, temos assessoria que se faz necessário para cumprir com as nossas tarefas de fiscalizar e legislar, e o Ministério Público está propondo, reivindicando a criação de mais um assistente para cumprir com essas tarefas, com a sua missão em defesa da sociedade catarinense.

Concluo dizendo, sr. presidente, que esta Casa sempre manteve o acordo de líderes, isso tem que ficar claro. No dia de ontem a comissão de Constituição e Justiça quebrou o acordo de líderes e colocou em discussão o projeto do Ministério Público, e aí reside a grande questão, deputada Luciane Carminatti. A bancada do Partido dos Trabalhadores está representada na comissão de Constituição e Justiça com dois deputados, mas não questionou a quebra do acordo, ao contrário, concordou e ofereceu o voto de vista com emenda, que foi aprovada na comissão de Justiça.

Deputada Ana Paula Lima, estou falando a verdade e talvez doa, mas tem que ser dita. V.Exa. apresentou uma emenda, que foi votada e aprovada na comissão de Constituição e Justiça, e concordou com a quebra do acordo de líderes. Então, naquele momento quando interessava, quando tinha a maioria, houve concordância de v.exas. Depois, apresentei, na comissão de Finanças e Tributação, uma emenda suprimindo a emenda da

deputada Ana Paula que, quando sentiu que perderia na votação, pediu vista em gabinete. Isso tem que ficar claro. Concordo que é regimental, mas tem que ser colocado à população catarinense os fatos verdadeiros. A bancada do Partido dos Trabalhadores teve uma posição na comissão de Constituição e Justiça e teve outra na comissão de Finanças e Tributação.

Essa é a verdade que tem que ser dita.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, demais pares deputados, eu estou aqui com a Ordem do Dia de hoje, inclusive informo que a comissão de Constituição e de Justiça apresentou parecer contrário a diversos projetos e um deles é o Projeto de Lei n. 0039/2011, de autoria deste deputado, que pretendia revogar a Lei n. 12.929, de 2004, que possibilita entidades privadas no serviço público de saúde no estado de Santa Catarina. E da mesma forma, temos projetos tramitando neste Poder há mais de mil dias.

E nestes sete anos, a pedido deste parlamentar, um projeto apenas foi trazido para plenário, nestas rodadas de lideranças, para ver o que vota e o que não vota. Registre-se, com dois anos de atraso.

No projeto da anistia aos praças punidos pelo movimento de 2008, dois anos depois ele veio a plenário. Dois anos depois do primeiro pedido!

Então, quero registrar isso. Aliás, veio, deputado Gelson Merisio, porque v.exa. contribuiu para isso na forma de um projeto do chefe do Poder Executivo, o governador, pois é fato que votamos outros projetos que chegaram depois do projeto do Ministério Público, aqui na Casa, e nem todos consensuais.

Eu me abstenho da decisão na reunião de líderes de ontem à noite, porque não tinha participado do acordo de líder da terça-feira de manhã. Eu não estava na reunião no momento em que foi feito o

acordo, de forma que não estava amarrado, não me senti amarrado por aquele acordo.

Com relação ao mérito do projeto do Ministério Público Estadual, a minha posição política, e imaginei que ele seria votado no ano de 2013, é contrária, e acho que algumas coisas têm que ser consideradas.

A diferença de objetivo e de caráter entre a Assembleia Legislativa e o Ministério Público tem que ser analisada. Não é simplesmente vir aqui e dizer que os deputados têm cargos comissionados. Não tem que ser colocado em discussão se o Ministério Público tem cargos comissionados ou se o Poder Judiciário tem que ter ou não.

É preciso entender o Ministério Público como fiscal da lei, que é muito diferente da missão parlamentar e da formação de um Parlamento, que tem o objetivo, justamente, de representar os diversos anseios, as classes sociais e os diferentes segmentos de classes sociais que integram o conjunto da sociedade.

É, portanto, evidente que há uma disputa política, ideológica e programática. Justifica-se a necessidade do cargo comissionado, mais aquele órgão tem como objetivo ser o fiscal da lei, o fiscal da Constituição.

Não obstante isso, considero, inclusive, se um dia isso estiver em pauta, que talvez poderiam ser menos comissionados também na Assembleia Legislativa, e mais efetivos. Não teria problema nenhum, embora tenha uma posição programática e ideológica muito clara, mas minoritária nesta conjuntura.

Não veria problema nenhum em diminuir a quantidade de cargos comissionados da Assembleia e aumentar a quantidade de servidores efetivos. Inclusive nos gabinetes. No meu gabinete, inclusive. Não teria dificuldade nenhuma com relação a isso.

A minha posição em relação ao projeto do Ministério Público do Estado de Santa Catarina é contrária. Se avaliarmos hoje, veremos que o Ministério Público tem proporcionalmente menos servidores efetivos do que a Assembleia

Legislativa, que é a Casa Política do Povo Catarinense, tem proporcionalmente mais servidores efetivos.

Aqui está mais ou menos meio a meio entre os comissionados e os efetivos. Aqui na Assembleia Legislativa, que é a Casa Política. No Ministério Público os efetivos, se forem considerar todos aqueles que trabalham e que servem dentro daquele órgão, apenas um terço, cerca de um terço, para não cometer nenhum lapso de falta de precisão, são efetivos. E o Ministério Público é o fiscal da lei! Então, é evidente que a gente precisa refletir melhor sobre isso, porque por respeito, não poderia ser diferente, ao direito parlamentar, regimental, da deputada Luciane Carminatti, de ter vista do projeto.

Porque também, e aí quero alertar isso, porque se tem a preocupação de que possa parecer que é uma posição do Poder Legislativo em relação ao Ministério Público, porque este projeto deveria então, ter chegado antes à comissão de Finanças e Tributação.

O projeto ficou três meses na comissão de Constituição e Justiça, e as bancadas governistas têm maioria absoluta, absoluta, absoluta, em todas as comissões, que são proporcionais a representação no Poder.

Não é uma crítica pessoal ou mesmo política ao presidente da comissão de Constituição e Justiça, deputado Mauro de Nadal, que está ao meu lado, porque isso é uma prática neste Poder, pelo menos nesses sete anos que estou aqui, de todos os presidentes que passaram. O projeto fica três meses, seis meses na comissão de Constituição e Justiça, e depois em duas horas querem que as outras duas ou três comissões deliberem.

Então, é preciso dizer também que as forças majoritárias desde Poder, e aí isentando totalmente a figura do presidente da comissão de Constituição e Justiça, que compõem a maioria das comissões, a maioria do plenário, a maioria da Mesa Diretora, deixaram a situação chegar a este ponto, porque o projeto ficou três meses na comissão de Constituição e Justiça.

Esta é a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado. Eu apenas peço que os srs. deputados sejam breves na sua manifestação porque até as 18h pretendemos iniciar a votação do código e depois do Orçamento.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Inclusive, sr. presidente, o meu vôo que era à tarde, já transferi para amanhã, pois acredito que pelo andar da discussão vamos até meia-noite, pois os temas são importantes e vão gerar bastante debate.

Só precisamos esclarecer o fato levantado há pouco aqui imputando uma responsabilidade à presidência da comissão de Constituição e Justiça no acordo de líderes que foi firmado na terça-feira quando fui bem claro de que quanto à tramitação, havia entendimento de líderes, porém na comissão de Constituição e Justiça o projeto do Ministério Público não ficaria porque o prazo já havia se esgotado.

Nós precisamos votar o projeto na comissão a favor ou contra. Fato esse que teve a compreensão da bancada do Partido dos Trabalhadores que ofereceu o seu voto, do contrário, tínhamos um pedido, um requerimento da referida bancada para a realização de uma audiência pública sobre a questão deste projeto.

Então, houve a deliberação, houve uma manifestação clara, inequívoca desta presidência de que na comissão de Constituição e Justiça o projeto não ficaria porque o prazo havia sido esgotado, e precisávamos deliberar.

Então, esse foi o encaminhamento dado na reunião de líderes. Que fique bem claro isso!

O Sr. Deputado Dirceu Drech - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, parece-me que o Orçamento não está sendo muito importante este ano porque esta sessão foi convocada para isso, não é? Mas sobre o outro tema, quero aqui, com muita tranquilidade, defender o direito regimental de nossa deputada ou nosso deputado, seja quem for dos 40 deputados desta Casa, o direito constitucional de pedir vista a um projeto. Essa é a primeira questão.

Em segundo lugar, aqui há um movimento muito estranho, porque não era essa a discussão na reunião de liderança, que este projeto tinha que ser votado esta semana, e agora está se tentando aqui forçar a nossa bancada a tomar essa decisão já. Isso não estava colocado até ontem.

Estranho esse movimento que veio ontem para cá, inclusive de um órgão que está sendo questionado por várias ações e que está tomando decisões, mas não é Poder. Isso tem que ficar claro em relação aos poderes: Poder Judiciário, Tribunal de Justiça, Poder Executivo e Poder Legislativo.

Então, esta é a primeira questão que quero aqui ressaltar e deixar claro. A nossa bancada está no seu direito, e acredito que não é um projeto de tanta importância para este movimento todo. Não estou entendendo o que está acontecendo. É um projeto que cria alguns cargos.

Por isso, sr. presidente, quero aqui defender a posição deste Parlamento, da liberdade deste Parlamento. O Poder Legislativo não pode estar de joelhos, temos autonomia para fiscalizar, e esse é um dos nossos papéis também, além de acompanhar, aprovar leis de outros Poderes. Não podemos abrir mão disso.

Então, não aceitamos essa pressão, essa violência que estão fazendo com a nossa bancada e com a deputada...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Eu participei de uma reunião na condição de líder, onde houve a decisão pela maioria de que não seria rodado o projeto.

Aqui está sendo imputada a responsabilidade em cima da comissão de Constituição e Justiça, mas na verdade o presidente Mauro de Nadal colocou muito claramente que não teria condições de segurar o projeto e que daria sequência até o prazo, que já tinha se esgotado. Passada essa situação, ontem nos reunimos novamente e foi tomada uma decisão pela grande maioria, com exceção do PT e do Sargento Amauri Soares, mas mantendo o pedido de vista não haveria condições de rodar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Apenas corrigindo, sr. deputado, o deputado Sargento Amauri Soares colocou a posição dele como abstenção.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Mas colocou que acompanharia a bancada do PT. Pelo menos foi o que eu entendi. Se ele retirou posteriormente eu não percebi. Dada essa situação a deputada Luciane Craminatti está coberta regimentalmente. Agora, se for deliberado por este plenário de tocar para frente ou pela Presidência da Casa, eu particularmente, vou liberar a bancada para que cada deputado possa tomar sua posição. Porém, ontem foi decidido que o Partido Progressista daria sequência à tramitação, caso não mantido o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Depois de tantas manifestações é visível que não há entendimento. Há uma posição divergente na bancada do PT e o projeto está em tramitação numa comissão com a deputada Luciane Carminatti.

Então, diante de todo o exposto eu gostaria de sugerir que a gente avançasse na pauta, nos outros

assuntos importantes que serão deliberados no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Depois de uma ampla discussão hoje a bancada do PT, já que fizemos várias reuniões esta semana, sobre vários projetos que concordamos e projetos que não concordamos, novamente, numa reunião, ontem, de lideranças, no final da tarde, tomamos um posicionamento garantindo o direito da deputada Luciane Carminatti analisar esse projeto, estudar esse projeto. Queremos que o Regimento Interno desta Casa seja cumprido e que garanta a uma parlamentar o direito de manter o pedido de vista para analisar esse projeto, que é de extrema importância para o Ministério Público de Santa Catarina.

Então, temos o Orçamento para votar e gostaria que seguissemos a pauta, pois foi isso que foi decidido na reunião de líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero dizer e deixar bem claro, até como membro da comissão de Constituição e Justiça, que, efetivamente, temos que ter posição. A pior posição do Parlamento é muitas vezes não votar ou não tomar posição.

Por isso, quero fazer aqui um apelo a sensibilidade da deputada Luciane Carminatti e pedir no sentido de que ela se manifeste e deixe o Parlamento votar. Mas quero dizer que em nenhum momento acho que está sendo cerceado o direito de ninguém. Quero deixar claro que ela tem todo o seu direito, mas como parlamentar gostaria de ter o meu direito de votar. Por isso, quero pedir que ela faça uma reavaliação, quem sabe depois a gente possa voltar nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Respeito a posição do deputado Jean Kuhlmann, mas a minha sensibilidade feminina me garante o direito de cumprir o regimento. Eu mantenho minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência precisa esclarecer que o fato de esta Casa deliberar essa matéria, não seria colocá-la de joelhos. Preciso deixar isso claro. Deliberar essa matéria não seria colocar esse Parlamento de joelhos, até porque a matéria está desde 17 de setembro aqui. Tivemos tempo. Inclusive, estava com pedido de vista pela deputada Ana Paula Lima.

Agora, é preciso deixar claro, com relação ao acordo de líderes na terça-feira, que o deputado Mauro de Nadal, é verdade, disse que não seguraria na sua comissão; assim como o deputado Gilmar Knaesel disse que se chegasse à comissão de Finanças e Tributação também não seguraria. Também é verdade. Então, foi a movimentação da matéria da comissão de Constituição e Justiça, porque o deputado Gilmar Knaesel avisou que também daria tramitação. Se é que houve quebra de acordo foi nessa questão. Por isso, a Presidência, ontem, pediu uma nova reunião e a deputada Luciane Carminatti, enquanto isso, solicitou vistas. É um direito regimental que ela tem e está assegurado. É evidente que ninguém vai rasgar o Regimento. Não fiz isso em nenhum dia do meu mandato e não vou fazer agora no apagar das luzes. É um direito regimental sagrado o da deputada Luciane Carminatti.

Mas foi feito um apelo ontem para que a deputada pudesse devolver o projeto e que a bancada do Partido dos Trabalhadores reavaliasse a sua posição. Isso tem que ficar claro, porque precisamos preservar a posição do Poder. A maioria dos parlamentares disseram na reunião de ontem que querem votar, contra ou a favor, mas querem. Duas bancadas se abstiveram dizendo que topariam qualquer manifestação, a do DEM, do deputado Narciso Parisotto, e a do PSOL, do deputado Sargento Amauri Soares. A bancada do PT marcou uma reunião para a manhã de hoje para deliberar se a

deputada Luciane Carminatti devolveria a matéria e se a partir disso a bancada concordaria com a deliberação em plenário ou não.

A deputada Luciane Carminatti não devolveu a matéria e a bancada do PT disse que não quer deliberar. Isso tem que ser respeitado e vamos respeitar. Mas é preciso deixar claro que essa posição não é uma posição do Parlamento, não pode ser interpretada com retaliação, como uma resposta do Parlamento a qualquer outra questão.

Tenho o dever de fazer a defesa do Parlamento e reafirmo que se a Assembleia deliberar essa matéria, hoje, não ficaria de joelhos, não, porque já deliberamos matérias com muito menos tempo. Essa matéria está com um longo período de debate aqui, então votá-la não seria colocar o Parlamento de joelhos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Certamente não, mas o Parlamento está cumprindo o seu regimento, que é analisar todas as matérias na sua tramitação normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com certeza, essa matéria está aqui desde 17 de setembro, inclusive com pedido de vista de v.exa. inclusive por um longo período. Então, apenas insisto em dizer que se votássemos a matéria em plenário hoje não estaríamos colocando essa Casa de joelho. Contesto veemente essa afirmação em defesa do Poder.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, em nenhum momento foi quebrado o tramite legal. Eu estava dentro do meu prazo na comissão de Constituição e Justiça, assim como a deputada Luciane Carminatti tem o seu tempo, bem como todo Parlamentar. Estamos seguindo o Regimento no trâmite legal da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Desde 17 de setembro esta matéria está aqui.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0009/2012, 0010/2011, 0016/2011, 0024/2010, 0039/2011, 0070/2013, 0162/2013, 0204/2007, 0252/2012,

0252/2013, 0258/2013, 0300/2010, 0365/2013, 0504/2011.

Comunica também que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei Complementar n. 0025/2012.

Comunica, ainda, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Ofícios n.s: 0022/2013 e 0377/2012.

Também comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0257/2013.

Comunica, ainda, que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0642/2013.

Outrossim, comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0149/2013, 0284/2013, 0328/2013, 0639/2013, 0708/2013, 0711/2013, 0713/2013.

Também comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0055/2013, 0057/2013, 0069/2012, 0092/2012, 0092/2013, 0130/2013, 0152/2013, 0169/2013, 0217/2013, 0236/2013, 0242/2013, 0245/2013, 0326/2013, 0393/2013, 0407/2011, 0411/2013, 0517/2013, 0529/2013, 0531/2012, 0532/2013, 0536/2013, 0576/2013, 0577/2013, 0588/2013, 0592/2013, 0607/2013, 0621/2013, 0623/2013, 0690/2013 e 0720/2013.

Comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0013/2012, 0153/2012 e 0198/2013.

Também, ainda, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0352/2013, 0391/2013, 0703/2013, 0705/2013, 0710/2013, 0712/2013, 0721/2013.

Comunica também que a comissão de Segurança Pública apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0515/2013.

Comunica, igualmente, que a comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0327/2013, 0527/2013, 0608/2013 e 0707/2013.

Comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0388/2013, 0433/2013, 0443/2013, 0656/2013, 0662/2013 e 0716/2013.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0447/2013, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que declara de utilidade pública a Instituição Santa Rita de Cássia, de Araranguá.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0042/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do funcionário da secretaria de estado da Saúde de informar à Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, ocorrência que envolva a criança, adolescente ou idoso com indício de maus tratos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0079/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos livros destinados ao ensino

básico, fundamental, médio e superior adquiridos pelo governo do estado de Santa Catarina, de possuírem versão no formato de texto digital destinado aos portadores de deficiência visual.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Educação, Cultura e Desporto, e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0216/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que institui o Programa de Auxílio Especial para o afastamento temporário de doadores de órgãos no âmbito do estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e justiça, de Finanças e Tributação, e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0257/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a implantação do Selo Amigo do Idoso, destinado às entidades de atendimento ao idoso no estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0280/2013, de autoria do deputado Gelson Merisio, que institui a tarifa social de energia elétrica para os hospitais públicos e filantrópicos do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0302/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que dispõe sobre a inclusão no Teste de Guthrie (Teste do Pezinho), do grupo sanguíneo e fator RH do recém-nascido.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde, e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, cumprindo acordo de líderes v.exa. está submetendo outras matérias à votação, mas tinha feito um pedido e solicitei ao deputado Narcizo Parisotto que permanecesse mais um pouco em plenário sobre o Conselho Estadual de Direitos da Pessoa LGBT. O líder do governo mencionou isso. O governo bateu foto com o segmento, fez um grande alarde desse projeto e o mesmo tem condições de ir à votação.

E eu faço publicamente o pedido ao líder do governo que coloque em pauta, em votação esse projeto, conforme ontem acordamos, o líder se manifestaria hoje, sobre afinal, o que pensa o governo sobre esse projeto.

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, quero lembrar que naquele momento foi apenas uma provação da deputada para que se colocasse esse projeto em votação hoje ou na pauta de hoje, mas não foi discutido na liderança. Esse era apenas o desejo dela, mas não foi aprovado.

E no meu entender não poderá estar na pauta hoje.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, com relação à manifestação da deputada Ângela albino, o governo mantém a disposição de aprovar essa matéria neste Parlamento, mas, neste momento, por entender que estamos com a agenda extremamente exarcebada neste Parlamento e como há

algumas dúvidas na Casa Civil, pedimos que transferíssemos essa decisão para o início do próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Perfeito!

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu compreendo que hoje é um dia de celeridade, mas queria lembrar que o governo do estado fez um grande alarde com a comunidade LGBT em torno desse projeto, chamou a comunidade, bateu foto e agora tem dúvida sobre o projeto que remeteu?

Então, quero deixar aqui o meu descontentamento. Esta é a última sessão do ano e não terei outra oportunidade. Entendo que garantir direitos humanos sob qualquer perspectiva tem grande relevância. Quero deixar aqui o meu lamento da posição titubeante do governo também sobre essa matéria. Bateram foto, apresentaram projeto e depois na hora de votar não bancam sua própria posição.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, quero deixar bem claro de que o governo em nenhum momento disse que não vai prosseguir com a votação desse projeto neste Parlamento.

O governo, através da Casa Civil, solicitou que deixássemos para avaliar esse projeto no início do próximo ano Legislativo. Foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Aldo Schneider.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0068/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que dispõe sobre

a obrigatoriedade de sinalização dos locais estendidos na zona de recarga direta do Aquífero Guarani.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0225/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, que reconhece o município de São João do Itaperiú, como Capital catarinense da carne bovina e ovina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0578/2011, de autoria dos deputados Dirceu Dresch e Luciane Carminatti, que fica instituída no âmbito do estado de Santa Catarina a isenção de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS -, de todos os produtos oriundos da agricultura familiar fornecidos para a alimentação escolar dos municípios catarinenses para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação turno único do Projeto de Lei n. 0332/2013, de origem governamental, que altera a Lei n.º 14.601, de 2008, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), a Taxa de Fiscalização Ambiental e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0139/2013, de origem governamental, que altera a Lei n. 15.133, de 2010, que institui a Política Estadual dos Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no estado de Santa Catarina instituído pela Lei n. 14.675, de 2009, e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0305/2013, de autoria do deputado Romildo Titon e outros srs. deputados, que altera a Lei n. 14.675, de 2009, que institui

o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Vamos encaminhar as várias emendas destacadas em plenário.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Quero apenas lembrar do acordo de líderes feito hoje, pela manhã, na comissão de Finanças e Tributação onde essa matéria foi deliberada pelo deputado Antônio Aguiar, que estava com pedido de vista e apresentou o seu parecer.

É claro que aqui o deputado Moacir Sopelsa já havia feito sua manifestação no sentido de ter sido prejudicado no encaminhamento na comissão de Agricultura e Política Rural e de Turismo e Meio Ambiente, mas esse foi o acordo.

O deputado Antônio Aguiar relatou, aprovou na íntegra o substitutivo global do deputado Romildo Titon na comissão de Constituição e Justiça, sem emendas, e ficou acordado que todo parlamentar que desejasse destacar sua emenda poderia fazer em plenário. É desta forma que a matéria foi aprovada em nome da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado deputado Gilmar Knaesel pela esclarecedora manifestação de v.exa.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, diante das emendas apresentadas pelos srs. deputados teríamos em vista geral como relator a primeira emenda do deputado Romildo

Titon, que no seu artigo n. 127, § 50, inciso 4º consta o seguinte proposição:

(Passa a ler.)

"Cadastramento de outra área equivalente e excedente a reserva legal em imóvel da mesma titularidade ou adquirida em imóveis de terceiro, com vegetação nativa estabelecida em regeneração ou composição desde a localizada no mesmo bioma.

2º - Estar localizado no mesmo bioma da área reserva legal a ser compensada.

3º - Se fora do estado estar localizada em áreas identificadas como prioridades da união".

Então, esta é uma emenda que estamos dando parecer favorável para aprovação, e se o deputado Romildo Titon quiser se pronunciar com relação ao seu destaque tudo bem, senão, está sendo encaminhada para aprovação.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, apenas para colocar um pouco de ordem nessa discussão, v.exa. como presidente, pode citar as emendas que vamos discutir para depois discutirmos os projetos? Porque corremos o risco de discutir o projeto antes das emendas, ou discutir emendas que v.exa. nem colocou em votação.

Então, seria bom seguir uma regra, uma ordem mais organizada para terminarmos bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Eu apenas quero entender, deputado Gilmar Knaesel. Essa emenda proposta pelo deputado Romildo Titon não foi acatada?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Não foi acatada, cabe ao autor pedir destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Então, vamos seguir pela ordem de inscrição para discutir o destaque.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, o processo de votação como vai ser, vamos discutir destaque por destaque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Sim, vamos discutir destaque por destaque.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Então, eu queria falar sobre o destaque do deputado Romildo Titon.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Não, o destaque não está em discussão ainda. Agora, vai para discussão o destaque do deputado Jean Kuhlmann. Cada parlamentar defende o seu destaque.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, justamente baseado no acordo que estabelecemos ontem, o destaque que apresentei em plenário com o apoio de vários parlamentares, diz respeito as folhas 227 e 230, que são duas emendas. Uma de forma muito simples, regulamenta o que é banhado de altitude, porque isto não está regulamentado no Código Florestal Nacional. Temos que ter essa regulamentação para deixar claro, é apenas uma questão conceitual, para clarear o que é banhado de altitude, algo extremamente simples, mas apenas para evitar litígio judicial futuro, seria para esclarecimento.

E a segunda, que é também o mesmo destaque, diz respeito à questão do licenciamento ambiental, que inclusive, srs. parlamentares, já foi regulamentado, por exemplo, no estado do Paraná através de uma portaria, e seria um grande erro nosso não colocar neste momento na nossa legislação, porque isso outros estados estão fazendo através de portaria, e nós podemos deixar claro também na legislação para evitar qualquer tipo de questionamento judicial.

Por isso, está muito claro o objetivo, e eu quero pedir o apoio dos parlamentares na votação desse destaque, sr. presidente.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDNETE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Na realidade, todos os parlamentares que apresentaram destaque estão fazendo a sua justificativa. Seria mais objetivo e regimental, que v.exa. colocasse primeiro o destaque em votação, e o autor justificasse, depois, novamente, o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Mas, por isso, estamos discutindo o destaque do deputado Jean Kuhlmann, para votar, para deliberar.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, não tem o conceito de banhado de altitude, e isso pode fazer com que o Ministério Público, por exemplo, que já tem jurisprudência no que eles consideram veredas, que é uma figura que não temos na nossa região. E aí vão exigir 50 metros de distância, e para a pequena propriedade vai inviabilizar a margem do final do banhado. O banhado é uma área alagada, por isso, que é importante constar no Código Ambiental, para proteger a pequena propriedade, que não pode ter o mesmo tratamento de uma área como um lago.

Por isso, a importância da proposta do deputado Jean Kuhlmann.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados,

gostaria da atenção de todos os srs. Conversando com o relator, e também com um dos autores do Código Ambiental e, agora há pouco com a Casa Civil do Governo, temos uma impossibilidade.

Diante da impossibilidade de neste momento avaliarmos tecnicamente emenda por emenda, acordamos com o governo, através da concordância do relator, deputado Antônio Aguiar e também um dos autores do projeto, deputado Romildo Titon, que vamos acatar todas as emendas e aquela que desconfigurar o código será vetada pelo governo com prudência, após a análise técnica de cada destaque e emenda. Até porque não temos, neste momento, condição de analisar tecnicamente o que está correto ou não.

Mas quero deixar claro aqui e registrado, sr. presidente, que é possível que haja o veto por parte do governo de alguns destaques apresentados nesta manhã.

Seria este o encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Diante da manifestação feita pelo líder do governo, proponho fazer a leitura dos destaques todos e votaremos em bloco todos os destaques e na sequência o projeto. Farei a leitura e se v.exas. concordarem faremos a votação em bloco para agilizar a votação.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, gostaria de fazer um encaminhamento no sentido de não prejudicar nenhuma emenda de nenhum parlamentar ou entidade. Estamos aqui com mais de uma dezena de emendas que chegaram ao conhecimento da grande maioria dos parlamentares hoje. Se votarmos o código da forma que ele está proposto, deixando todas as emendas para a partir de fevereiro verificarmos quais os itens que precisaríamos mudar e fazer as devidas adequações através de lei complementar, não prejudicaríamos ninguém, não criaríamos o desconforto do

governador de vetar e nós, com toda certeza, passaríamos a ter uma lei que contemplaria todas as entidades que têm interesse em fazer alguma mudança no projeto da forma que ele está.

É este o encaminhamento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Quero ouvir o líder do governo.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, acordamos e concordamos que diante da grande demanda de destaques vamos acolher todos e o governo terá tempo suficiente para avaliar tecnicamente aquilo que não desconfigurar o Código Ambiental. E logicamente depois na hora da discussão dos vetos, e está aqui acordado que poderá haver vetos.

Com relação à sugestão do eminente deputado Moacir Sopelsa, nada nos impede de em fevereiro ouvirmos todas as entidades e acrescentar, a *posteriori*, essas sugestões das entidades civis e organizadas do estado de Santa Catarina.

Até para encaminhamento, sr. presidente, o governo concorda com isso, um dos autores e o relator também concordam.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concordo com a sugestão de v.exa. de fazer a leitura e a votação em bloco das emendas.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Quando discutimos na bancada, nas lideranças ou nas comissões levantei uma hipótese, e temos que ter a garantia de que vamos aprovar todas as emendas agora. O governo poderá vetá-las, mas teremos condições e a prerrogativa como parlamentares de readequar alguma coisa se entendermos que houve falha no projeto.

Então, faço esse registro para que depois não tramite qualquer situação diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em discussão o destaque proposto pelo deputado Jean Kuhlmann, que se refere a subemendas modificativas de folhas 227 e 230, da deputada Angela Albino.

(Passa a ler.)

"Suprima-se o inciso 7º do art. 28 da Lei 14.675/2009 a que se refere o art. 1º do PL n. 305, renumerando-se os seguintes."

Da deputada Angela Albino. "Suprima-se a subseção IV do capítulo 5 A, do título IV da Lei 14.675/2009, a que se refere o art. 2º do PL 305, renumerando-se as seguintes."

Do deputado Antônio Aguiar. Subemenda Aditiva à Emenda Subjetiva Global, da bancada do PT. "Modifica o § 4º do art. 117 A, da bancada do PP, com o apoio das bancadas do PMDB e do PSD."

Subemenda Aditiva à Emenda Substitutiva Global, da bancada do PP.

Emenda Aditiva ao art. 135 C.

Emenda Modificativa, do deputado Romildo Titon, alterando a redação do art. 127 E.

Emenda Aditiva ao art. 225 A.

Esses são os destaques...

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria somente de fazer uma consideração com relação à emenda ao art. 38, inciso 2º.

(Passa a ler.)

"Serão considerados projetos que não colocam em risco a sobrevivência de espécies florestais aqueles que apresentam medida de reposição florestal equivalente ao dobro de espécies suprimidas em área de reposição a ser anexada à reserva legal já averbada no imóvel."

A emenda do deputado Silvio Dreveck e a do deputado Antônio Aguiar são idênticas, têm a mesma redação. Além disso, o deputado Darci de Matos, no

inciso 2º, também apresenta a mesma emenda. É uma cópia idêntica das três emendas, deputado Antônio Aguiar. Então, isso pode ser concluído numa só emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Nós podemos ajustar isso na redação final, deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Isso, sr. presidente. Para esta Casa não aprovar três emendas com o mesmo teor.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, é só para informar rapidamente que nós unificamos já essa emenda, conforme requerimento na mesa: deputados Silvio Dreveck, Antônio Aguiar e Darci de Matos. Então, não há nenhum risco de que possa ser triplicada essa emenda.

Para esclarecimento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Srs. deputados, vamos votar em bloco todas as emendas que acabei de nominar, porém, vou retirar desse bloco as duas emendas supressivas apresentadas pela deputada Angela Albino, para votarmos no momento seguinte, enquanto o líder do governo conversa com a deputada Angela Albino. Porque emendas supressivas não podem ser vetadas.

Nesse encaminhamento que fez o deputado líder de governo... Não sei se o deputado Aldo Schneider já conversou com v.exa., deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Não, sr. presidente. Mas eu só concordei com essa forma atropelada com que estamos votando uma matéria dessa relevância, delegando ao Executivo o exame de uma matéria na forma constitucional que nos compete, porque era para todo mundo, sr. presidente.

Estou apresentando essa emenda porque o projeto tem um erro, na minha opinião, muito grave, que a partir dele não existe mais APP em

área urbana, sr. presidente! Então, é essa supressão que estamos propondo.

Portanto, ou vale acordo para todo mundo ou não vale para ninguém, sr. presidente!

Quero propor que, se for o caso, o líder do governo possa encaminhar, na sequência, um projeto que rearranje. Mas nós temos que manter.

Sr. presidente, estou dizendo aqui que o que vale para mim, vale para todo mundo. Então, vai para o governo e se ele entender de vetar, que é uma hipótese e não é um fato ainda, na sequência o governo pode mandar uma nova matéria recuperando o texto que foi suprimido aqui na Casa.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, peço que v.exa. me conceda dois minutos para conversar com a deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Enquanto v.exa. vai para um tetê-à-tête com a deputada, eu concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, nós não tivemos a possibilidade de avaliar a constitucionalidade dessas emendas.

Então, quero só falar sobre o art. 38, das três emendas no art. 38, no inciso II... Na minha avaliação, o Código Florestal Brasileiro fala claro sobre isso. Então, ele tem uma regra já dada. Portanto, há a questão constitucional de este Parlamento avançar muito mais do que a legislação federal.

Assim, quero levantar essa questão também jurídica que está em debate nessas emendas.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, confesso que estou bem preocupado com o que está acontecendo, até porque desconheço o teor das emendas. Esse é um projeto que vem sendo discutido desde o início deste ano e agora estamos sendo surpreendidos com algumas emendas.

Sugiro, para encaminhamento, que as emendas supressivas sejam votadas individualmente de forma separada das demais emendas, porque do contrário nós vamos ter problemas.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, enquanto o líder do governo está conversando comigo, o presidente da comissão de Constituição e Justiça, do PMDB, faz um encaminhamento! Aí eu quero saber o que estão querendo fazer, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Deputada, pode continuar a conversa, porque esta Presidência vai respeitar o tempo...

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Mas daí eu tenho que ficar com um olho no padre e outro na missa, presidente! E não é em relação ao Padre Pedro Baldissera, não se preocupe, deputado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Eu fico cuidando do padre, pode ficar tranquila. A senhora cuida da missa que do Padre Pedro Baldissera esta Presidência cuida.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Eu concordo com a sugestão do deputado Mauro de Nadal, até porque foi bem lembrado: houve tempo na comissão de Justiça e foi divulgado a todos os pares para

apresentar as suas emendas. E já que uma delas é supressiva, que fosse votada individualmente.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, preocupa-nos o que estamos fazendo aqui, primeiro, pela importância desse projeto que vem sendo aguardado pelos catarinenses durante quase um ano.

E quero lamentar aqui o fato de ele não ter tramitado nas comissões de Agricultura e de Meio Ambiente, o que impossibilitou o debate. Nós poderíamos, hoje, estar discutindo aqui um projeto que estaria pronto e em condições depois de ter ouvido toda comunidade catarinense. Infelizmente, ele ficou muito tempo nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, que não eram comissões temáticas, o que prejudicou.

E agora eu quero cumprimentar v.exa. pela engenharia que está sendo montada para que ele possa tramitar. Mas quero também externar a minha preocupação, em nome do meio ambiente e da agricultura catarinense, por uma tramitação acelerada. E agora pela apresentação de emendas da forma como está sendo feita.

Mas, de todo modo, precisamos votar isso porque muitas propriedades estão sendo prejudicadas pela demora na votação desse projeto. Mas ele merece que depois haja outro debate a partir do próximo ano.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, só quero externar a minha mais absoluta convicção em relação a esse projeto de responsabilidade do deputado Romildo Tito que, junto com outros pares, estudou exaustivamente a matéria que foi objeto de inúmeras reuniões. E

houve todo tempo para se fazer as modificações necessárias nesse projeto. Depois ele veio para cá e devo dizer que está mais do que esmiuçado o esse assunto.

Portanto, sr. presidente, eu, particularmente, deputado Nilson Gonçalves, tenho a mais absoluta convicção de que não devem haver, neste momento, as emendas que estão sendo colocadas aqui. Eu, Nilson Gonçalves, deputado estadual, vou votar contra todas as emendas e vou votar pelo projeto como ele veio para esta Casa.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a Palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, estou fazendo um esforço para ajudar a aprovar o projeto, porque também entendo que ele tem avanços. Agora, estamos no dia 19 de dezembro, entraremos em épocas de festas, depois, teremos o recesso em janeiro.

Sr. presidente, no limite restabeleçamos a ordem. Vamos tramitar esse projeto na comissão de Agricultura e Política Rural e também na comissão de Turismo e Meio Ambiente. Estamos todos fazendo um esforço, inclusive, fazendo concessões regimentais a esse projeto.

Então, que ninguém venha aqui dizer de que eu estou com o projeto e voto de qualquer jeito, porque eu trabalhei, estudei e fiz emendas, sr. presidente. E fiz apenas duas com a área urbana, que é a área que eu tenho mais familiaridade, porque tenho convicção de que tem vários parlamentares aqui que tem mais domínio do que eu na área rural, na questão rural.

Agora tenho a convicção da impactação dela na área urbana. Portanto, sr. presidente, o que estou propondo aqui, ou bem fazemos tudo de um jeito, ou fazemos de outro. Que se estabelecemos uma então uma ordem, sr. presidente.

Então, sr. presidente, se não for possível acatamento das emendas, então nós comprometemos

até o final de fevereiro de entregar o projeto tramitado nas comissões, porque um mês a mais e um mês a menos, nessa balburdia que está aqui para votar desse jeito, acho que menos prejuízo causa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Angela Albino, esta Presidência quer restabelecer então a proposta de encaminhamento do deputado Moacir Sopelsa.

Nós encaminharíamos a votação do projeto como foi aprovado nas duas comissões no compromisso de a partir de fevereiro, nas comissões apreciar todas as emendas, de fazer uma revisão, para não cometermos nenhum erro agora e que possa comprometer a matéria.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a Palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, eu estou ouvindo aqui o deputado Sopelsa e o deputado Aldo Schneider, e sinceramente, isso é uma Casa de maioria, e emenda por emenda, a maioria aprova ou rejeita, é simples seja da base, seja da oposição, pode ser que tem alguma emenda básica que seja aprovada, pode se que as emendas da polícia não sejam aprovadas.

Sinceramente, não me agrada a tese de deixar para o ano que vem. Nós temos um processo de votação aberto onde a maioria vota e se respeita a maioria. Outra até porque é absolutamente normal e natural que haja divergências, aí não é base, não é constatado meio ambiente, se trata de paz e de oposição. É o posicionamento de cada um. Vai ter alguns casos em que deputados da oposição não vota em emendas da base e vice-versa.

Agora tem que respeitar a maioria e votar. O meu encaminhamento é de votarem que vai até a meia-noite de hoje, mas vota, rejeita, aprova e passamos para frente, porque votar o projeto como ele está e votar as emendas no ano que vem significa não aprovar nada, porque ele não pode ser sancionado. Então não vota!

Se é para votar ter sanção e ter efetividade, é votar, sancionar e ter uma lei aprovada. Não serve para nada!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a Palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO- Sr. presidente, todos nós temos uma preocupação muito grande. Esse projeto é muito importante. Veja v.exa., que a grande maioria dos deputados não conhecem essa emenda. Votar em bloco essas emendas, até para a importância do projeto que estamos aprovando é uma coisa muito preocupante.

Então, sugiro à Mesa, que na minha maneira de ver tem duas alternativas, ou se vota individualmente cada emenda, ou se deixa para o ano que vem. Votar em bloco, sr. presidente, acho que esta Casa está dando um tiro no pé e v.exa. que está tão preocupado, insistiu tanto na aprovação desse projeto, não pode correr o risco de votar uma série de emendas, algumas inclusive que não pode ser vetadas. Vai ficar pior a emenda do que o soneto.

Então eu sugiro duas alternativas, ou se vota individualmente ou se acata a proposta do deputado Moacir Sopelsa.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a Palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu concordo muito, aqui, em tese, com deputado Gelson Merisio, porque esta Casa, democraticamente, vota por maioria.

O problema, na tese do deputado Gelson Merisio, é que nós vamos votar independente de governo ou oposição, sr. presidente.

Qual é o domínio da matéria, do conjunto das emendas, que os parlamentares desta Casa têm? Eu questiono o deputado Reno Caramori, que é ligado à

questão ambiental, à questão do produtor agrícola, se ele tem algum domínio do que nós vamos votar?

Então, aqui vai ficar claro qual é a votação!

A votação que vamos fazer aqui é na base da relação de confiança entre governo e Oposição. E é uma tragédia votarmos um projeto dessa magnitude sob essa perspectiva.

Se estivéssemos votando reajuste do servidor público, era uma coisa, porque aí nós nos dividíamos ideologicamente, agora, aqui nós não temos - e é bom que a TVAL registre bem isso, nós, coletivamente -, o domínio do impacto das emendas no projeto. Pouco temos, inclusive, o projeto. Menos ainda do conjunto das emendas.

Então, compreendo o deputado líder do governo, deputado Aldo Schneider, quando propõe que eu retire apenas a minha emenda, que é supressiva, e ele se compromete a tratar depois sobre isso.

Agora, se ele se compromete a tratar depois sobre isso, por que não vamos aprovar a emenda? Porque nós não conhecemos o impacto do seu conteúdo. O deputado Aldo Schneider não tem como afirmar se o governo concorda ou não com essas emendas. Ou se concorda ou não com a emenda do deputado Jean Kuhlmann.

Exceto pelo fato de que o deputado Jean é da base e eu não, mas não é assim que nós devemos tratar o Código Ambiental, na minha opinião, sr. presidente.

Então, queria propor aqui, porque não quero prejudicar o andamento do projeto, mas também quero preservar o meu direito, sr. presidente, de fazermos a votação em bloco de todas as outras e deixar a minha emenda, que é supressiva, ser votada separadamente.

Então, prefiro a derrota em Plenário que construirmos artifícios e depois não darmos conta deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito bem, deputada Algela Albino. Eu agradeço v.exa. pelo encaminhamento, inclusive.

Podemos encaminhar?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu acho que diante da manifestação da deputada Angela Albino, podemos encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Vamos votar em bloco, então.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, queria fazer uma colocação, porque já havia demonstrado a v.exa. a minha preocupação com o fato desse projeto ser votado no último dia antes do recesso porque poderia surgir emendas de afogadilho, como está sendo apresentando neste momento, e seria grande a possibilidade de darmos um tiro no pé, fazendo com que todo aquele trabalho que foi realizado ao longo dos meses aqui na Assembleia Legislativa, e também em 2009, quando fomos o primeiro estado brasileiro a fazer uma legislação ambiental própria, fosse jogado fora.

Tivemos o cuidado durante esses quatro meses em que estivemos liderando esse grupo de trabalho de ouvir a sociedade, as entidades, demos a oportunidade para se discutir com os parlamentares, ouvimos todas as classes que nos procuraram e aquelas que nós procuramos também.

Posteriormente, a comissão de Constituição e Justiça fez audiências públicas para ampliarmos o debate, entre outras coisas. E agora não queremos votar sem, sequer, citarmos as emendas. Não quero fazer isso de forma nenhuma! E diria aos parlamentares que é um risco muito grande aprovarmos as emendas que surgiram agora, as quais não tivemos tempo para fazer uma análise. Qual o tamanho da repercussão que vai ter isso?

E o cuidado que a comissão teve, o grupo de trabalho, foi de a gente deixar o menor risco possível de inconstitucionalidade. Muitas coisas a gente desejava mudar, muitas coisas a gente desejava acrescentar, mas nós estaríamos confrontando com o Código Nacional e correríamos

um risco de enfrentar uma interpelação sobre a inconstitucionalidade.

Nós tivemos todo o cuidado, a assessoria jurídica cuidou desse ponto fundamentalmente, e agora eu vejo que muitas delas estão batendo nesta direção.

Então, recomendo cautela e que sejamos mais minuciosos na análise, porque vamos perder um trabalho de longo tempo que a Assembleia Legislativa construiu porque há emendas que praticamente desconfiguram todo o processo que foi construído.

Apenas quero fazer este alerta aos parlamentares para que tenham cautela e não prejudiquem a sociedade catarinense, principalmente os nossos agricultores que dependem dessa legislação ambiental.

Por outro lado, se deixarmos esse projeto para o ano que vem estaríamos prejudicando a grande maioria dos nossos agricultores catarinenses, que estão, ainda, encrocados com a questão da averbação da reserva legal, que deve ser feita nos cartórios e que, segundo dizem, está sendo adiada pela questão do nosso código. Então, precisamos votar neste ano, mas as emendas precisariam ter uma cautela maior.

Esta é a minha pequena contribuição.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Presidente, entendo o interesse e a profundidade com que cada um dos deputados estudaram para fazer as suas emendas, mas parece que se trata de questões específicas que somadas dá um percentual pequeno do conjunto do projeto que foi muito bem encaminhado pela Casa, com o governo, com audiências públicas e com a participação de especialistas, que atende a 95% das demandas de todos. O ajuste fino é que está faltando.

Então, parece-me que seria um bom encaminhamento rejeitar todas as emendas, votar o projeto, como veio na sua integralidade, e no começo do ano quando abrirmos o ano legislativo com os ajustes finos das matérias que têm que ser ajustadas, porque não se trata mais de emendas, mas de uma alteração do que foi voltado aqui, analisando todas as emendas com profundidade e não correndo o risco de inconstitucionalidade, como colocou muito bem o deputado Romildo Titon. Assim, não prejudicaremos os 90% atendidos com o projeto original e deixaremos o entendimento feito para que na primeira matéria de 2014 façamos o ajuste fino, fruto das emendas da deputada Angela Albino, do deputado Jean Kuhlmann, enfim, dos deputados que apresentaram as emendas. Com isso aprovamos o projeto, que poderá ser sancionado e passará a vigorar. A lei é de iniciativa nossa e em fevereiro poderemos fazer alteração e mudar os pontos conflitantes ou que são frutos das emendas propostas pelos deputados.

Caso contrário, vamos aprovar um mostrengo que, por falta de aprofundamento das emendas, não por má intenção, mas por falta de conhecimento, muitas vezes, da legislação federal, teremos algumas emendas boas que não serão aprovadas porque votaremos em pacote, ou então o que é pior, na minha concepção, como colocou o deputado Romildo Titon, não votaremos o projeto e o deixaremos se arrastar por mais 90 dias, deixando milhares de produtores e agricultores à mercê de uma legislação que é totalmente equivocada.

Eu sei que o deputado Jean Kuhlmann concorda com isso, pois temos que encontrar uma forma de caminhar, de darmos um passo à frente, e não vai mudar se a emenda dele for discutida agora, fevereiro ou março, afinal, o projeto, como foi proposto, todos concordam que 90% dele passou pelas comissões.

Então, não está se votando algo totalmente fora do contexto. É algo muito próximo do contexto porque faríamos, deputada Angela Albino, um ajuste fino no mês de fevereiro ou março. E deve estar

claro o entendimento e a prioridade absoluta de tramitação acordado por todos os líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Gelson Merisio.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, confesso que escutando as palavras do deputado Romildo Titon fiquei preocupado com a questão do encaminhamento desse projeto de lei, principalmente em relação às emendas, que foram amplamente debatidas e que agora corremos o risco de segurar essa aprovação final, como foi colocado aqui.

A questão ambiental, sr. presidente, quer seja na área climática, alimentar ou das águas, o direito à sustentabilidade está se tornando tão importante quanto o direito à liberdade, sr. presidente.

Eu confesso que se o deputado Romildo Titon, que estudou isso por tanto tempo tem as suas dúvidas e as suas preocupações, nós que não participamos tão intensamente desse processo, com certeza, temos vários pontos de interrogação agora com a manifestação dele.

Eu confesso que, pessoalmente, respeitosamente, entendo o trabalho, como bem colocou a deputada Angela Albino, que fez as emendas, porque estudou. Mas acredito, sim, que temos que ter muito cuidado em relação a essas emendas. Gostaria de aprovar o projeto, mas sem as emendas neste momento. E voltarmos a esse tema no início do ano, para discutir especificamente as emendas. Confesso que não me sinto à vontade, agora, de aprovar essas emendas, por tudo que foi colocado aqui. Nem sei direito do que trata essas emendas, se são pontuais ou específicas, conforme a região, conforme a densidade demográfica no campo da agricultura.

Então, sr. presidente, em tese, senão houver acordo, vou rejeitar as emendas, aprovar o

projeto, mas também gostaria que voltassem à discussão o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Srs. deputados, precisamos construir um encaminhamento. Temos duas propostas definidas agora. A primeira delas, de votarmos a matéria sem as emendas, num acordo que faremos aqui com todas as bancadas, de, a partir do início da 4ª Sessão Legislativa, no dia 04 de fevereiro, nós, já no acordo que vamos celebrar hoje, colocarmos essa matéria prioritariamente em debate. É prerrogativa nossa, o projeto é de origem parlamentar. Eu também concordo que esse seria o melhor encaminhamento, pois dá mais segurança.

Então, a partir do dia 04 de fevereiro, vamos fazer essa discussão, aproveitando todas as contribuições e outras, que eventualmente possam ser trazidas, porque a matéria é muito complexa, apesar do amplo debate que houve, a partir da sanção da lei, vai gerar ainda questionamentos pela complexidade da matéria.

Não resta dúvida de que vamos ter que revisar periodicamente essa legislação, mas faremos isso num acordo. Se não houver esse entendimento, eu faço um apelo aos autores das emendas, que com o acordo, não teriam prejuízo. Do contrário, nós vamos votar em bloco as emendas aditivas e modificativas que podem ser vetadas, conforme a própria deputada Angela Albino encaminhou, votaremos depois em separado as supressivas, porque essas nós não daríamos a possibilidade de eventualmente serem vetadas.

Mas eu insisto, penso que o primeiro encaminhamento seria mais prudente, desde que nós deixássemos aqui, de público, esse acordo de priorizar a avaliação mais aprofundada dessas matérias a partir do dia 04 de fevereiro.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Eu queria fazer, então, uma proposta para dar concretude a

isso, até porque não é a primeira vez que vejo construírem acordos e depois as coisas não andarem mais. Proponho a confecção de um PL compilando todas as emendas, subscrito por todos os líderes de partidos e que ela já fosse para a tramitação, porque consultando vários colegas aqui pude perceber que a maioria não tem o texto das emendas, que dirá convicção sobre o seu impacto.

Então, se não tem nem o texto, vai votar as cegas. Estou pedindo, então, que compilemos todas as emendas num PL assinado pelo presidente da Casa e pelos líderes, com tramitação a partir de fevereiro. E aí eu tenho acordo de inclusive votar o projeto como está, pois não podemos mexer de qualquer jeito num projeto que foi, durante meses, estudado aqui nesta Casa, mantendo, como disse, a emenda que apresentei, porque tenho convicção acerca do impacto na área urbana, que é o objeto da minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Eu agradeço, porque é muito sensato encaminhamento proposto por v.exa.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Para contribuir com o debate a bancada do PMDB é favorável a primeira opção do presidente para que votemos o projeto hoje e também num acerto para que as emendas sejam encaminhadas, como propôs a deputada Angela Albino. Eu concordo que haja um acordo de lideranças para que seja encaminhado dessa ou de outra forma para que as emendas possam ser analisadas com o tempo devido e com a cautela necessária.

O Sr. deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Acho que a proposta da deputada Angela Albino é coerente, sensata e assegura a condição do debate

posteriormente, mas sem o compromisso de votar contra ou a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Perfeito, temos um entendimento.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, quero entender uma questão regimental. O destaque da primeira emenda tinha sido colocado em votação, estava sendo feito o encaminhamento. Regimentalmente, v.exa. interrompeu o encaminhamento para tentar buscar um acordo. Para que haja esse acordo, o deputado tem que retirar o seu destaque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Estamos fazendo um acordo no sentido de votar a matéria original e de não discutir nenhuma das emendas agora.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Acordando que cada autor retire o seu destaque?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Os deputados retiram as emendas destacadas para no dia 4 de fevereiro retomarmos essa discussão com mais tempo em cada comissão.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Eu não tenho convicção da retirada do destaque. Quero averiguar com mais calma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Gostaria de ouvir os líderes para fazermos o acordo.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, o líder do PSD, deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - É praxe nesta Casa fazermos acordo de líderes. Portanto, neste momento, entendemos que através do acordo de líderes podemos aprovar a proposta da deputada Angela Albino e do deputado Gelson Merisio para podermos desatar esse nó.

Assim, a bancada do PSD encaminha pelo acordo de líderes.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, regimentalmente, quem tem o direito de retirar o destaque de minha autoria da votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Vou identificar no Regimento Interno qual é o dispositivo. Mas o plenário é soberano e de maioria.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, em nome do PT.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Falo em nome da grande líder do PT, deputada Ana Paula Lima. Há pouco discutimos essa questão. Se o líder do PSD conversar com o deputado e ele topa retirar, é uma situação. Mas, se ele quiser votar, podemos também construir um acordo no sentido de votar apenas o destaque de sua autoria. E, nos outros destaques, se os demais deputados abrirem mão, como fez a deputada Angela Albino, é tranquilo, votaremos apenas o destaque do deputado Jean Kuhlmann.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - V.Exa. em nome do Partido dos Trabalhadores concorda com o encaminhamento de discutir em fevereiro?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Está perfeito!

O Sr. Deputado Sandro Silva - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Sandro Silva em nome da bancada do PPS.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - O PPS também concorda com a proposta da deputada Angela Albino da confecção de um projeto de lei contendo as

emendas para que possa resguardar a discussão para fevereiro também.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Valmir Comin em nome da bancada.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, assegura-se o direito do deputado Jean Kuhlmann, e concordamos com a proposta do deputado Gelson Merisio e da deputada Angela Albino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado Dado Cherem.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Na ausência do líder, faço o encaminhamento do PSDB favorável ao acordo dos líderes, assegurando também o direito do deputado Jean Kuhlmann.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Diante do acordo esta Presidência determina a retirada dos demais destaques. E vamos votar...

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Eu gostaria de saber se todos os parlamentares que apresentaram destaque concordam com a retirada do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Os seus líderes já se manifestaram e não houve nenhuma rebelião de nenhuma bancada.

Vamos votar o destaque.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero deixar claro que a minha postura sempre foi de consenso nesta Casa, sempre respeitando o regimento. E eu gostaria de pelo menos antes e ser tomada uma decisão, de ser consultado. Isso é democracia, isso é respeito.

Eu não me oponho de retirar o destaque se todos o fizerem. Agora, gostaria de ter entendido o Regimento Interno.

O que eu gostaria de saber é se acordo de líderes se sobrepõe à questão do destaque ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Jean Kuhlmann, essa discussão está encerrada. Todos já retiraram. V.Exa. quer retirar ou não?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Mantenho a posição de bloco, mantenho a posição de todos, no sentido de fazer em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Todos os demais líderes concordaram com a retirada das matérias.

Vamos votar apenas...Deputado Jean Kuhlmann...

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Não, sr. presidente, o contrário.

O que eu falei foi no sentido de seguir e acompanhar a unidade da Casa. No sentido de manter a unidade desta Casa e o compromisso de que isso será analisado em conjunto e com celeridade, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado!

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, gostaria de saber se foram consultados todos os líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Apenas falta v.exa.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO -

Então, concordo com os demais deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado.

Agora, sim, com o acordo de todos os líderes, estou convencido de que foi o melhor caminho que esta Casa construiu.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Eu gostaria de pedir para a assessoria já providenciar a confecção do PL para hoje mesmo assinarmos com todos os líderes e com v.exa. como presidente da Casa.

Como os destaques estão retirados, já saímos com isso assinado como projeto de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) Eu determino à consultoria da Casa que seja documentado esse acordo que celebramos para priorizarmos o debate desta matéria no exercício de 2014, com essas emendas que já foram apresentadas.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero dizer que anteriormente eu fiz uma fala grande e aí fui alertado a falar menos, e nós estamos há mais de uma hora discutindo um processo. Quem deve estar contente, talvez, seja alguém que esteja acompanhando no Ministério Público, porque discutimos o respeito a esta Casa no debate anterior, que também seria desnecessário ser feito neste plenário. O projeto do Ministério Público era desnecessário ter vindo para este plenário na manhã de hoje e aqui estamos discutindo o processo.

Mas eu quero falar sobre o Código Ambiental, pois não discutimos o mérito de nada. E agora na hora de votar o projeto não estamos discutindo o mérito de novo.

Eu quero manifestar uma posição que está há três ou quatro anos engasgada neste parlamentar. Foi aprovado, aqui, em 2009, o Código, declaradamente por nós, ilegal e inconstitucional, porque contrapunha a Lei Federal, virou baliza federal.

E tem o código novo nacional, federal, votado. E, agora, aqui nós estamos adequando o nosso ao federal, mas o princípio do federal começou aqui. A meu ver, do meu ponto de vista, algumas vezes votei errado neste Parlamento e algumas, um voto errado que custou caro, inclusive no debate com setores da sociedade onde nos relacionamos.

Eu me abstive na votação do Código Ambiental em 2009, mas deveria, no meu ponto de vista, conforme minha consciência, ter votado contrário. E quero fazê-lo na manhã de hoje com relação a isso, porque é o mesmo processo. É o retorno do mesmo processo, dos mesmos conceitos e etc.

Como reflexão, porque nós na sociedade estamos sendo empurrados por forças econômicas e sociais, que, evidentemente, viram forças políticas, a cada vez mais abrir espaço para produção e para o mercado. É claro que toda e qualquer sociedade precisa de produção, circulação, alimentação, transporte, educação, saúde e isso tudo degrada o meio ambiente.

A minha reflexão com esse voto contrário é se isso que está sendo feito para garantir o bem-estar, o bom viver, a qualidade de vida das pessoas em sociedade ou se isso está sendo feito baseado, principalmente, numa lógica de lucro? Se o lucro não está sobreposto à qualidade de vida, porque estamos diminuindo cada vez mais para o futuro a possibilidade de vida em sociedade a partir da degradação, de uma população que cresce sob regras de produção e distribuição, que a meu ver, são muito irracionais e que comprometem para daqui, sendo otimista, há alguns séculos, a própria sobrevivência da sociedade?

Portanto, registro meu voto contra como necessidade de reflexão mais profunda a respeito de todas essas questões.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, talvez esse tema tenha sido um dos mais debatidos nos últimos anos neste país e no estado, e nós aqui da bancada do PT tivemos uma posição anterior na aprovação em 2009 do código catarinense, justamente por questionar a constitucionalidade dele e depois 18 artigos foram parar no Supremo Tribunal Federal. E o deputado Romildo Titon que

tem acompanhado e coordenado essa discussão, tem visto e discutido isso.

Portanto, propomos a criação de um grupo de trabalho nesta Casa e eu e o deputado Romildo Titon participamos, fizemos audiências públicas pela comissão de Constituição e Justiça. Esse projeto já está a um bom tempo na comissão de Finanças e Tributação.

É claro que precisaria de mais debate por ser um tema muito amplo, mas acredito que foi um grande esforço concentrado nacionalmente nos vários ministérios a coragem da presidente Dilma Rousseff de encaminhar esse tema em nível nacional. E, agora, nós estamos adequando a nossa legislação para não ter conflito entre a legislação federal e estadual.

Então, acredito que ficou bom o texto. Há problemas, é verdade, deputada Angela Albino, sublinho algumas questões urbanas que vamos ter, mas nunca teremos uma legislação perfeita. Penso que conseguimos chegar o mais próximo do ideal neste momento.

Assim, cumprimento todos por essa construção. No outro projeto tivemos dúvidas sobre vários pontos, principalmente constitucionais, mas, agora, votamos de fato, deputados Joares Ponticelli e Romildo Titon, convencidos aqui de que isso é o melhor, neste momento, para o nosso estado e Brasil. Temos que cuidar, sim, daqui para frente do compromisso de adequar e fazer o melhor possível para combinar a questão da produção com o cuidado ambiental.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Angela albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Apenas para mencionar aqui que o PCdoB vai votar favorável ao projeto, atendendo à demanda em particular aqui representado pelo nosso vereador Paulinho da Silva, de Chapecó, presente na manhã de hoje;

também do vereador de Florianópolis, Tiago Silva, companheiro de grandes lutas.

Gostaria de dizer, ainda, que o PCdoB conta com a ressalva da emenda que fez, porque temos convicção de que ela é um retrocesso em particular nas áreas consolidadas urbanas, sr. presidente. Mas voto a favor em nome do que nós acordamos de no ano que vem estudarmos melhor essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito bem. Agora, sim, em votação o Projeto de Lei n. 0305/2013.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com o voto contrário do deputado Sargento Amauri Soares.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para as 11h59, para a votação do segundo turno das demais matérias e a Lei Orçamentária para 2014.

Está encerrada a sessão.